

ATA Nº 001/2023

Audiência Pública Terminal de Transporte Público Urbano de Pato Branco

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às 18h30min, realizou-se a Audiência Pública sobre o Terminal Urbano do Município de Pato Branco, na Sala de reuniões no Largo da Liberdade, sito a Rua Arariboia nº 1222, Bairro La Salle, estando presentes autoridades, Presidente da Câmara de Vereadores e demais vereadores, Major Dornelas, representantes do Consórcio Tupã e a população em geral. Após a leitura do regulamento o Diretor do Depatran, Robertinho da Luz Dolenga deu por aberta a sessão da audiência. Inicialmente expôs sobre o contexto urbano do Município, demonstrando o crescimento da população que segundo dados apresentados foi de 4,5% ao ano, desde 2019. Segundo ele o Município é polo regional em tecnologia, educação, saúde e comércio. Também salientou o aumento da frota de veículos, que em 2022 havia em média 70 carros para cada 100 habitantes, considerando somente aqueles licenciados aqui em Pato Branco, o que demonstra uma circulação de veículo muito significativa. Mencionou também que a taxa de urbanização do Município, segundo o IBGE é 94,09% e o crescimento desde 2010 foi de 30,2%. Conforme exposto a projeção populacional em 2030, será de 133.797 habitantes. Na sequência expôs dados referentes ao Transporte Público Municipal, sendo este eficiente, de qualidade e sustentável. Também mencionou que houve o aumento do número de bairros, de 45 para 49, em função do aumento da população. Atualmente são transportados aproximadamente 10.000 usuários/dia, distribuídos em 31 linhas de atendimento. Segundo ele, o número de veículos que operam no transporte diariamente são 34, os quais executam em média 5.500 km/dia para atender a demanda diária. Comentou sobre a evolução dos passageiros no transporte, frisando a evasão durante a pandemia, tendo um decréscimo em 2020 de -34%. Comentou sobre o déficit gerado no sistema, o qual alcançou 3.6 milhões ao ano, sendo em média 300.000 mil por mês. Frisou que o poder público tem o dever de manter a tarifa em preço módico, ou seja, acessível aos usuários, assumindo assim as premissas da política nacional de mobilidade urbana. Também apresentou comparações com os municípios de Guarapuava, Cianorte e Francisco Beltrão. Segundo Dolenga nosso sistema de atendimento no transporte ocorre de forma satisfatória e de qualidade. Na sequência expôs que a Política de Mobilidade Urbana

tem como premissa a segurança e a eficiência nos deslocamentos. Conforme Dolenga, o terminal urbano visa a proteção dos usuários, seja da ação ilícita, do sol, chuva e do frio, também deve oferecer conforto e comodidade, como bancos e banheiros e ainda deve fornecer informações e integração de linhas. Posteriormente comentou que a construção do terminal urbano do município teve início em 2019, com área total de 854,44m², o custo estimado inicialmente foi de aprox. 2.5 milhões, no entanto o valor real gasto até o momento foi de aprox. 3 milhões, sem considerar o entorno que está em fase de construção. Comentou sobre a estrutura disponível no prédio, como banheiros, assentos para obesos, câmeras de monitoramento, portas automáticas para embarque/desembarque, televisores informativos de horários, itinerários e o deslocamento dos carros, em tempo real. De acordo com Dolenga, o espaço do terminal possui toda estrutura necessária para atender ao usuário com comodidade e segurança. Mencionou os impactos gerados com a construção do terminal, como problemas de mobilidade na circulação, supressão de 70 vagas de estacionamentos nas Ruas Arariboia, Pedro R. de Mello e Caramuru. Comentou também que em 2022 foram reduzidas -23% vagas de estacionamento de uso comum na área central em consequência de readequações das vias. Neste mesmo ano foram registrados 1.544 acionamentos do ESTAR DIGI, demonstrando o número elevado de circulação de veículos na área central. Ainda destacou a diminuição das vias, ao redor da construção do terminal, que hoje medem 3.8m para 2.6m, causando dificuldades na locomoção neste local. Expôs também um Ofício do Corpo dos Bombeiros, emitido em janeiro de 2023, o qual afirma que as vias de acesso trarão dificuldades na locomoção das viaturas de emergência, ambulâncias, bombeiros, operação de trânsito, por serem estreitas e que as vias devem ter em média 6m de largura. Apontou que no Projeto Básico em 2015, foi proposto a partir de Estudo Técnico, que o valor da outorga seria investido na construção de 04 abrigos com área de 120m² e a substituição de 50 novos abrigos de ônibus, no entanto em 2019, com uma nova proposta do poder executivo, foram substituídos 100 abrigos e a construção de um único terminal, de 650m². Em um segundo momento o Sr. Gilmar Tumelero, Secretário Municipal de Planejamento Urbano, expôs sobre as alternativas para o transporte coletivo. Mencionou que a Rua Arariboia, atualmente, corta a cidade no sentido Leste/Oeste e a circulação não deve ser prejudicada com o estreitamento da via. Segundo Gilmar é possível a construção de espaços que ofereçam aos usuários conforto,

comodidade e informações seguindo o estudo inicial, com banheiros e painéis informativos, como mini terminais, atendendo as necessidades dos passageiros, seja no centro ou nos bairros. Mencionou possíveis locais para instalação de mini terminais, interligando o centro e os bairros, de acordo com um estudo técnico a ser realizado, de forma mais aprofundado. Ao fim da exposição, o Sr. Dolenga concluiu que a operacionalização do Terminal Urbano na forma que se apresenta não é tecnicamente viável. Na sequência teve início aos questionamentos. As questões foram direcionadas tanto ao Diretor do Depatran, secretário de Planejamento Urbano, quanto ao Major Dornelas, representante do Corpo de Bombeiros. Todas as questões escritas foram respondidas, sendo estas solicitadas pelos seguintes participantes: Romulo Faggion, Cristhian Brito, Saionara Rufato e Diego Fontana. Também houve discussões na sequência, sobre vários aspectos apontando diversidade de opiniões. O Dr. Leandro Cattani comentou, solicitando que constasse em ata, que a audiência fugiu do seu objetivo, o que estaria sendo discutido na audiência seria a inviabilização do terminal e não a operação e infraestrutura como foi divulgado. Dolenga, na sequência responde que foi exposto sobre a operação e a estrutura do terminal, relatando o número de usuários, linhas executadas, circulação dos ônibus e veículos, estacionamentos, pavimentação asfáltica. Por fim, Dolenga mencionou que será feito estudo para verificação da viabilidade da proposta do poder público e se comprovada a eficiência técnica e operacional será implantado, e feita a devolução do recurso utilizado da outorga e destinação da obra construída. Eu, Zuziane Rigo, lavrei a presente ata e nada mais sendo exposto deu-se por encerrada a audiência, às 20h50min.

Pato Branco, PR - 02 de Fevereiro de 2023